

Disciplina: Filosofia geral e problemas metafísicos

A FILOSOFIA: SUA NATUREZA, SEUS PROBLEMAS, SEU MÉTODO

Antonio Trajano Menezes Arruda¹

APRESENTAÇÃO

Nosso ponto de partida será a idéia de *problema* ou *questão* da Filosofia. São vários os problemas da Filosofia, em suas várias disciplinas: Ética, Teoria do Conhecimento, Filosofia Política, Filosofia da Arte, Filosofia da Mente e da Ação, Filosofia da Linguagem, etc. Em geral, os problemas filosóficos são de natureza especulativa, isto é, se referem a conceitos, objetos ou eventos que as ciências naturais, por diferentes motivos, parecem inadequadas para abordar ou sua abordagem se mostra insuficiente. Apresentaremos mais adiante alguns exemplos de problemas filosóficos.

Assumindo caracterizada a noção de problemas filosóficos, podemos considerar a Filosofia como sendo a atividade de busca de respostas para esses problemas, busca essa marcada por três traços principais, que são: a de ser racional e intersubjetivamente partilhável e de ser desinteressada. Com a primeira característica, a da racionalidade, queremos dizer que ela não recorre a elementos místicos, como a fé ou a iluminação religiosa. A segunda significa o seguinte: o processo de raciocínio do filósofo e o resultado a que ele chega têm de poder ser feitos, ou refeitos, por outros filósofos que se apliquem ao assunto. Quanto à terceira característica, ela será tratada mais adiante.

Na verdade, a Filosofia é apenas uma entre muitas outras modalidades da busca de conhecimento caracterizadas pelos elementos acima. As outras modalidades são as várias ciências naturais, a matemática, a lógica, e as ciências humanas. Todas elas são modalidades do saber teórico, que chamamos com o nome genérico de **episteme**. Falaremos primeiro dos elementos que a Filosofia partilha com essas outras

¹ Doutor em Filosofia pela University of Oxford - UK. Professor das disciplinas *Filosofia Geral e problemas metafísicos* e *Introdução à leitura dos textos filosóficos* do Curso de Graduação em Filosofia da Unesp – campus de Marília.

modalidades, isto é, de início discorreremos sobre a *episteme* em geral (Seção 2), e depois, mais especificamente, sobre os problemas e o método dessa forma particular de *episteme* que é a Filosofia (seções 3 e 4, respectivamente).

TEMA 1 – A FILOSOFIA E A PERPLEXIDADE

O espanto/perplexidade como origem da episteme

A primeira grande tese a ser desenvolvida e compreendida é a seguinte: o sentimento de **perplexidade**, de espanto, sempre foi e continua sendo a origem da *episteme* (e em particular da Filosofia). Esse é o sentimento de se surpreender, de se admirar, com o fato de as coisas serem como são, ou ocorrerem como ocorrem, e de se perguntar por que será que elas são assim, e não de outro modo, e ocorrem do modo como ocorrem e não de outro. Um exemplo, é: por que será que o vidro é transparente, e não opaco como a madeira ou o tijolo? Por que razão ele quebra com facilidade, ao invés de ser mais resistente, como outros materiais?

Tópico 1.1 - A inércia do hábito

No dia-a-dia não temos muita ocasião de experimentar esse sentimento, e isso por força de alguns fatores que bloqueiam sua emergência. São eles: o hábito, o costume, os preconceitos, os estereótipos, o apego às idéias recebidas e o receio de questionar coisas aceitas. Em contraste com isso, podemos discernir sobre as condições que favorecem, que promovem, o aparecimento desse sentimento bem-vindo. Elas são descritas abaixo.

Não se deixar dominar pela inércia do hábito. O hábito, embora seja em geral uma coisa vantajosa, pois sem ele teríamos que estar sempre reaprendendo as coisas e as habilidades, tem o inconveniente de gerar uma impressão falsa de conhecimento. Para neutralizar esse inconveniente, é preciso vencer a tendência para se comportar segundo a inércia do hábito, do costume. Suponha que eu saiba que a lâmpada do meu quarto está queimada. Mesmo sabendo, o hábito me faz agir mecanicamente, e faz com que, ao entrar no quarto, eu acione de um modo maquinal o interruptor de luz. O problema é que essa **ação maquinal** se dá também, e muito freqüentemente, em nossa conduta

intelectual. Todos nós temos essa tendência a agir, física e intelectualmente, em conformidade com o hábito.

Portanto, uma primeira condição para trilhar o caminho da *episteme*, portanto da Filosofia, é procurar desvencilhar-se da inércia do hábito. Somente vencendo a inércia do hábito podemos fazer uma pergunta sobre determinado objeto como se estivéssemos vendo-o pela primeira vez. Por exemplo, nós estamos habituados a ver a chama sem fazer muitas perguntas, porque a chama é algo que vemos, e com que convivemos, desde criança. Mas, no momento em que olhamos a chama com espírito investigador, passamos a contemplá-la com outros olhos, e isso nos leva a refletir sobre ela, a nos perguntar por que ela queima, ao invés, por exemplo, de provocar cócegas; a priori a chama poderia provocar cócegas ou acariciar, mas a experiência nos mostra que ela queima, o que então nos leva a perguntar pela razão desse calor que queima. O espírito investigador do cientista e do filósofo se liberta do habitual, do costumeiro, e desse modo consegue olhar para o objeto como se estivesse vendo-o pela primeira vez, e se pergunta: que coisa é essa, de onde vem, por que é assim e não de outro modo?

Tópico 1.2 - Preconceitos e estereótipos

Coragem e honestidade intelectual. Este é um segundo elemento propício a gerar o sentimento de perplexidade. É uma predisposição e uma coragem de nos desprendermos de nossas opiniões quando suspeitamos que estas possam não ser corretas. Assim como vencer a inércia do hábito não é fácil, também não é fácil admitir que estamos enganados. Não é fácil admitir que nossa opinião, às vezes arraigada, não tem o fundamento que pensávamos que tivesse.

Por que isso é difícil? O que faz de nós o que somos é um conjunto de várias coisas: herança genética, herança cultural, e as **crenças** que temos, sejam elas factuais ou valorativas; tudo isso é parte do que somos; ou seja, uma boa parte do que somos está nas crenças mais fortes e mais permanentes que temos. Elas formam nossa identidade pessoal, nossa identidade psíquica e social. Assim sendo, abandonar essas crenças, ou algumas delas, significa abdicar um pouco da nossa identidade pessoal, da pessoa que

somos. Daí a dificuldade de romper com elas. Reconhecer que estamos errados, que nossas crenças não têm bom fundamento, significa renunciarmos à parte de nossa identidade. Questionar e rever crenças religiosas, ideologia política, ideário profissional, etc, é algo gerador de crise de identidade. Desse modo, compreende-se que seja difícil para alguém abandonar suas crenças mais fortes.

No entanto, é necessário ter essa **predisposição** de admitir que podemos estar errados, que nossas crenças podem não ter fundamento, que aquilo em que acreditávamos é, ao contrário do que pensávamos, bem discutível ou mesmo falso. Um bom nome para essa predisposição é: *coragem intelectual*. De fato, a coragem é muitas vezes necessária para reconhecer-se, perante os outros e perante si próprio, como (redondamente) equivocados. Com efeito: o que vem a ser essa coisa que chamamos genericamente de coragem? Podemos dizer que ela consiste na predisposição para enfrentar resolutamente uma realidade adversa ou perigosa, de qualquer natureza que ela seja, em vez de fugir dela. Podemos dizer, então, que a coragem intelectual é a disposição de admitir para si mesmo a força de evidências contrárias às próprias crenças, o que é às vezes difícil. É preciso coragem para admitir erros, às vezes erros sobre todo um conjunto de crenças nossas. Por que é preciso coragem? Porque admiti-los – no interior de uma comunidade de interessados, composta por colegas e/ou estranhos – é, numa situação pública, declarar-se errado, e às vezes redondamente errado; ora, uma confissão mais ou menos pública de erros importantes, embora tenha seu lado meritório, é também, em diferentes graus, sempre penosa e diminuidora do auto-conceito.

Tópico 1.3 - Coragem e honestidade intelectuais

Predisposição para se livrar de preconceitos e estereótipos. O preconceito, seja ele racial, sexual, religioso, estético, ou filosófico, é uma opinião que carece de fundamento. É um julgamento sem base na realidade, na lógica, na experiência. Os preconceitos são idéias prontas, são respostas prontas.

Preconceito não é prerrogativa de pessoas tolas, de pessoas ‘burras’ ou despreparadas: todos nós, inteligentes ou não, honestos ou não, temos preconceitos. Todos nós temos uma forte propensão para uma visão tendenciosa, uma visão unilateral de nós mesmos e

dos grupos a que pertencemos. Essa condição dificulta o exercício da *episteme*, dificulta a experiência do sentimento e perplexidade, porque o preconceito é o tipo da atitude que tem uma resposta pronta. Ele é um inimigo insidioso, porque está presente em nós sem que, muitas vezes, possamos percebê-lo.

O que podemos fazer para detectar o preconceito em nós próprios? Como agir para nos livrarmos da prisão dos preconceitos? Em primeiro lugar, é preciso identificá-los.

Um grupo social em que as pessoas que o integram só convivem entre si, e evitam a convivência com pessoas de outros grupos, tende a alimentar o preconceito contra outros grupos. A distância física e a ausência de interação com pessoas diferentes só farão crescer o preconceito contra estas, ao passo que a proximidade física e a interação social tenderão a minimizar, ou mesmo, diluir tal preconceito. Ter contato mais ou menos regular com grupos sociais diferentes do nosso é uma oportunidade de nos libertarmos de preconceitos e adquirir sobre esses grupos distantes idéias mais corretas, menos distorcidas e preconceituosas.

Vamos a um exemplo ilustrativo. Na ocasião da guerra dos Estados Unidos contra o Talebã, no Afeganistão, uma cantora americana, de 23 anos, foi enviada para lá representando um organismo internacional numa visita de boa vontade às mulheres afegãs. Da convivência com a sociedade feminina afegã, essa representante americana extraiu experiências e observações sobre as mulheres e as famílias afegãs que depois veio a apresentar em depoimento na televisão. Foi um depoimento sincero, que expressava um sentimento de identificação e simpatia para com as mulheres afegãs, porque – dizia ela – no fundo e em grande parte elas são, em suas vidas familiares, em seu amor com os filhos, em seu cuidado com a casa, em sua dedicação e proteção da vida conjugal, muito semelhantes às mulheres ocidentais. As mulheres afegãs foram apresentadas no depoimento como basicamente semelhantes às mulheres de nosso mundo ‘mais civilizado’. Com toda a certeza, essa moça americana não teria essa visão e não traria um depoimento dessa natureza se não tivesse ultrapassado a distância física que a separava daquele outro mundo, e não tivesse passando lá um certo período de tempo, convivendo e interagindo com as mulheres afegãs. Proximidade física e interação social acabaram derrubando idéias preconceituosas.

Com isso já temos uma compreensão melhor do que alimenta o preconceito: nós temos preconceito contra os diferentes. A diferença é um fator que parece atuar por si próprio. Nós temos, de fato, uma tendência a simpatizar com os semelhantes e a nos sentirmos perturbados com o que é diferente, com o que tem comportamento diferente do nosso. O diferente tende a ter um efeito de agressão sobre nós. Uma opção ou preferência sexual diferente da socialmente padronizada, tende a agredir. No entanto, e tomando como exemplo a homossexualidade, o conhecimento baseado em fatos mostra que, com exceção da dimensão físico-erótica, o relacionamento afetivo homossexual é indistinguível do heterossexual. Nesse caso, também, a proximidade e o conhecimento dos fatos tendem a minar o preconceito, enquanto que a distância e a desinformação tende a reforçá-lo.

Falamos de preconceitos, mas também de estereótipos. Um *estereótipo* é também uma idéia pré-formada, e é um retrato distorcido e exagerado de algo. Exemplos: estereótipo da boa aluna, da boa mãe, do político, do aluno de ciências humanas da UNESP.

O estereótipo é uma imagem distorcida que exagera as características do estereotipado em direções que seguem emoções desfavoráveis de quem estereotipa. Os estereótipos, assim como os preconceitos, são tópicos estudados em Psicologia Social. Eles funcionam como uma maneira de darmos vazão às nossas reservas ou mesmo hostilidade contra um grupo, em parte marcando nossa identidade por contraste com o diferente. Mas, o que interessa é que os estereótipos e os preconceitos são uma rede cultural na qual vivemos, porque crescemos inadvertidamente com eles, e eles nos aprisionam, uma vez que bloqueiam o caminho que nos leva à experiência do sentimento de perplexidade/espanto que dá origem à *episteme*.

Lembro que tudo o que dissemos até agora é válido para todas as modalidades da *episteme*, e não apenas para a Filosofia. Vamos agora nos concentrar especificamente nesta última, e examinar seus problemas e depois o método para trabalhá-los e buscar respostas a eles.

TEMA 2 – OS PROBLEMAS FILOSÓFICOS

Tópico 2.1 - A primordialidade dos problemas filosóficos nas várias áreas da Filosofia

De início, a melhor maneira de caracterizar as questões da Filosofia é enumerá-las, pura e simplesmente; ou seja, dar exemplos dessas questões. Aqui vão vários deles: o que é democracia, justiça, verdade, liberdade, virtude, etc.? Essas questões são chamadas *conceituais* e diferem das seguintes: que é mais importante, a segurança da coletividade ou a liberdade individual? Noutras palavras, nas ocasiões em que uma delas conflita com a outra, qual deve prevalecer? Quais são os limites da interferência do Estado na vida particular dos indivíduos? Por outro lado, em que consiste a superioridade do Belo sobre o Feio? Isto é, em que, exatamente, o belo é melhor do que o feio? O homem é realmente livre, tem de fato **livre arbítrio**? Ou toda ação humana está submetida a uma causação forte, com uma *causa* provocando uma ação, esta provocando outra e assim por diante, como bolas de bilhar se movimentando e fazendo as outras se movimentarem? Se esse princípio da causação universal (ou determinismo causal) vige, será que há lugar para a liberdade individual? Noutras palavras, é a liberdade humana compatível com o **determinismo**? Outra questão: quais são as funções principais da linguagem humana, e quais são as relações entre linguagem e pensamento, e entre linguagem e ação? Quais são as relações que os processos mentais mantêm com os estados e processos do cérebro?

Exemplos na filosofia moral: que **critérios** devemos usar para distinguir o moralmente certo do moralmente errado? Será que o certo e o errado são percebidos por intuição ou por um senso moral interior e irreduzível, ou, ao contrário, existe um critério articulável, formulável, que se possa comunicar entre as pessoas? O que é, exatamente, conduzir-se de um modo ético, e conduzir-se de um modo antiético?

Todo mundo acha que o certo e o errado existem. Mas, ao aprovarmos um comportamento e louvá-lo, ou criticar um outro e atacá-lo, estamos nos baseando em que critérios?

Para ser mais específico: como é que você sabe que é eticamente louvável, por exemplo, ajudar uma pessoa necessitada numa situação em que o seu interesse individual faria

você simplesmente ignorá-la? Por que é eticamente condenável, e mesmo repugnante e covarde, para qualquer um de nós, maltratar gratuitamente uma velhinha indefesa caminhando sozinha num terreno baldio? Que é, é. Mas a pergunta é: em que critério nos baseamos para fazer esse julgamento severo? Responder a essa questão de um modo claro e convincente é bem mais complexo, incerto e trabalhoso do que muitas pessoas imaginam.

Mas, se quisermos, podemos tentar evitar a reflexão a respeito dessas coisas. Alguém pode simplesmente dizer: “Eu sei quando algo é certo ou errado. Minha educação familiar me orientou quanto a isso. Sei que certas coisas são corretas e que devo fazê-las, e sei quais coisas são incorretas e não devo fazer”. No entanto, o grande problema é que, nesta questão de certo e errado, outras pessoas, igualmente inteligentes e honestas, divergem, e às vezes muito, de nossas opiniões.

Por exemplo, o incesto, a relação amorosa/sexual entre pais e filhos, é um tabu. É uma proibição forte na grande maioria das sociedades, mas não em todas; há sociedades em que o incesto não é eticamente condenável. A pergunta é: quem é que tem razão neste caso quanto ao certo e o errado? Para os cristãos existe uma forma de responder: a proibição está, explícita ou implicitamente, na Escritura e a Escritura é a palavra revelada de Deus, de modo que nada do que ela permite é errado e tudo o que ela proíbe é incorreto. Dessa forma os adeptos do cristianismo justificam suas posições éticas. Porém, para quem não tem religião, ou tem uma religião muito diversa, essa justificativa não serve para nada, e com isso a pergunta pelo porque da proibição permanece não-respondida; é neste ponto que começamos a filosofar e vemos o quanto é difícil oferecer uma resposta convincente a essa pergunta; é nesse ponto, noutras palavras, que experimentamos o sentimento de perplexidade, que nos causa uma certa surpresa e desconforto, e nos motiva para a busca de uma solução para o problema.

Tópico 2.2 - A problematidade das questões filosóficas

Os problemas da Filosofia são personagens absolutamente centrais nela e em toda a sua História, desde o começo, na Grécia. Perguntemo-nos agora sobre a relação entre o problema filosófico (e sua centralidade) e o espanto como origem da Filosofia. Em

todas as questões que nos formulamos, a perplexidade, quando ela existe, é sempre a respeito de qual seria a resposta satisfatória para elas. No caso, por exemplo, da questão da liberdade e do determinismo, a perplexidade vem do seguinte: de um lado, seria muito complicado e incômodo rejeitar o princípio do determinismo, e, também, seria quase impensável negar que o homem seja dotado de liberdade; por outro lado, parece fortemente que o determinismo conflita mesmo com a liberdade. Então, como sair dessa?

Podemos formular a relação referida acima do seguinte modo: um problema, e só um problema, é o que gera espanto ou perplexidade; com efeito, nada é capaz de provocar espanto/perplexidade a não ser uma problema, uma questão.

O que é um problema? A coisa mais simples que se pode dizer a respeito dele é a seguinte afirmação, banal: um problema é formulável, na linguagem, em uma sentença interrogativa. Se não for formulável numa sentença interrogativa, não é problema. Mas, para sê-lo, são necessárias mais coisas, referidas abaixo.

Algo decisivo a respeito do problema filosófico o *interesse* por ele. Você se dá conta de que, por alguma razão, esta ou aquela questão tem a ver com você, com seus interesses, com sua personalidade. Ora, sabemos que várias coisas são ensináveis, mas o interesse (por uma coisa ou outra) não é uma dessas coisas. É verdade que ele pode, mediante iniciativas, ser encorajado, aumentado, diminuído. Mas não pode ser ‘implantado’ numa pessoa, não pode ser ensinado a ela. Quando ele existe, existe; quando não existe, não existe.

Outra coisa decisiva é que a pessoa, o filósofo ou aprendiz de filósofo, tem de vivenciar a situação como problema, isto é, sinta necessidade de resolvê-lo. Por exemplo, se acontece uma coisa muito insólita, incomum, mas a respeito da qual eu sou mais ou menos indiferente, ela não vai ser um problema para mim. É preciso que esse acontecimento incomum, além de ser incomum, provoque em mim uma necessidade emocional de busca de explicação para ele. Para ser genuinamente problema ele tem de provocar, no sujeito, uma necessidade emocional de busca de solução. Essa necessidade interior de se buscar uma resposta é fundamental, e ela vem do fato de que um problema que permanece pendente, não-resolvido, por isso mesmo incomoda até que receba uma solução; uma questão interessante como que ‘pede’ para ser respondida, e não se

completa até que o seja, um pouco com um gesto que se inicia pede para ser completado. Esta situação é bem descrita por dois filósofos recentes, Karl Popper, para quem um problema filosófico funciona como algo que perturba ou desequilibra o psiquismo do sujeito, e Gilbert Ryle, que sugere que um problema filosófico funciona como “um distúrbio no sistema” da pessoa e que pede para ser eliminado. E ele é eliminado justamente com a produção de uma resposta satisfatória para a questão.

Se imaginarmos uma peça de teatro que conte a história da Filosofia, verificaremos que nela várias coisas importantes são, no entanto, relativamente passageiras: é o caso das escolas filosóficas – racionalismo, empirismo, idealismo, materialismo, espiritualismo – e dos próprios filósofos; nenhum desses é o personagem principal da peça. Eles aparecem em determinados momentos, depois somem, e às vezes reaparecem para depois desaparecerem novamente. Mas há dois personagens que, esses sim, aparecem o tempo todo e, por essa razão, entre outras, são os personagens centrais da Filosofia e de sua História: um é o problema/questão/tema filosófico, de que acabamos de falar, e o outro é o método utilizado no tratamento daqueles, do qual falaremos agora.

TEMA 3 – O PROBLEMA DO MÉTODO NA FILOSOFIA

Tópico 3.1 - Dificuldade para se formular um método na Filosofia

Vamos aceitar, com Karl Marx², que o homem só põe problemas que ele é capaz de resolver de um modo ou de outro, seja ‘dissolvendo’ os problemas - mostrando, por exemplo, que são falsos problemas ou mostrando que nós não precisamos resolver esses

² “Karl Heinrich Marx nasceu no dia 5 de maio de 1818, em Tréveris, na Alemanha e morreu em 14 de março de 1883, em Londres, na Inglaterra. É conhecido por ser o fundador da doutrina comunista moderna e foi também um intelectual e revolucionário. Marx foi um estudioso que ingressou na Universidade de Bonn para estudar direito em 1835. Por influência de seu pai, acabou transferindo-se para a Universidade de Berlim, alguns anos mais tarde, onde teve contato com a obra do professor e filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Interessado, o jovem voltou-se para a área da filosofia, onde mais tarde concluiu um doutorado. O pensamento de Karl Marx afetou radicalmente a história política da humanidade e é até hoje um dos mais conhecidos de todo o mundo. Influenciado por filósofos como Immanuel Kant e pelo próprio Hegel, e com a colaboração de seu amigo Friedrich Engels, Marx foi autor da teoria marxista. Trata-se, substancialmente, de uma crítica ao sistema capitalista, que não se limita apenas à teoria, tentando uni-la à prática e, por causa disso, ficando conhecida também como teoria do “socialismo científico”. Além disso, Marx foi o criador de termos que repercutiram em posteriores discussões nas sociedades, como a ‘mais-valia’”. (Acesso em 01/09/2010 no endereço: <http://www.karlmarx.com.br/biografia-marx.htm>)

problemas para chegar aos objetivos que nós queremos – seja solucionando-os diretamente. Bem, se todos os problemas são solucionáveis, de uma maneira ou de outra, então deve ser possível discernir alguns procedimentos recorrentes adotados na resolução deles. O conjunto desses procedimentos constituiria o núcleo do **método** de resolução daqueles problemas.

Ocorre, no entanto, que no caso em que os problemas são filosóficos, surgem algumas dificuldades, uma das quais é a seguinte. Se nós já tivéssemos um bom número de problemas filosóficos resolvidos, na opinião da maioria dos estudiosos, nós poderíamos, com base na resolução feita, tentar descrever quais foram os procedimentos de método que levaram à solução deles. Mas, infelizmente, ao que parece, não temos nenhum, ou quase nenhum, problema filosófico substantivo resolvido na opinião consensual da comunidade dos filósofos. Isso dificulta bastante as coisas, em contraste, por exemplo, com o que ocorre no caso das *epistemes* mais sólidas, as científicas. Isso dificulta começar a dar uma resposta mais objetiva à questão de qual seja o método em Filosofia.

Mas talvez existam algumas verdades universalmente aceitas em Filosofia (quer dizer, aceitas por quase todos), em particular em **metafilosofia** – que é a reflexão sobre a própria Filosofia. Enumeremos algumas dessas verdades.

A primeira é a tese de que a origem da filosofia está na perplexidade, no espanto. Uma segunda é: as interrogações/questões/problemas da Filosofia são pelo menos tão importantes quanto, e talvez até mais importantes do que, as respostas que foram e têm sido dadas a elas. Uma terceira é que a superação do que se pode chamar *ignorância ignara*, isto é, a ignorância que pensa que sabe e não sabe e que se opõe à *ignorância douta* (em latim, *docta ignorantia* e que consiste no reconhecimento da ignorância de muitas coisas), sendo esta superação condição indispensável para ascender à ignorância douta e para se percorrer o caminho de encontrar soluções para os problemas filosóficos. Uma quarta tese é que a Filosofia, enquanto estudo de determinadas interrogações e tentativa de respondê-las, precisa apoiar-se na sua história escrita, sua historiografia, alimentar-se desta de um modo vital. A historiografia é um discurso que expõe e interpreta as obras filosóficas, situando-as em um desenvolvimento histórico que revele as continuidades, as rupturas, as influências, o nascimento e renascimento de escolas, etc. Uma quinta tese é de que não se pode ensinar a filosofia, se esta é

entendida como um corpo de **doutrinas** subscritas pela comunidade dos filósofos, já que esse corpo simplesmente não existe; só se pode ensinar a *filosofar*. E a última tese é a de que em Filosofia, como em qualquer outra forma de episteme, deve-se cultivar o enfoque racional e desinteressado na produção e formulação das **hipóteses** e dos princípios a serem demonstrados ou defendidos.

Assinalei acima uma dificuldade para se formular o método em filosofia. Uma outra dificuldade é a seguinte. Parece haver uma inseparabilidade entre a prática metodológica do filósofo e sua doutrina substantiva. Se dois filósofos diferem muito um do outro no que diz respeito à doutrina, provavelmente vai haver uma divergência tão grande quanto ao método que fica inviável pensar uma **metodologia** que ambos aceitem. Para dar um exemplo. O filósofo (e também psicólogo) William James³ (1842-1910), americano, fundador do pragmatismo, afirma que a história da filosofia é, numa grande medida, a história de um conflito de temperamentos humanos. Ora, o temperamento não é reconhecido como uma razão, a qual tem de ser relativamente impessoal, para poder sustentar adequadamente as conclusões. O temperamento do filósofo é algo muito pessoal, e segundo James atua muito mais fortemente do que as premissas apresentadas como objetivas e impessoais. James tem uma visão pragmatista, e não racionalista nem empirista nem cientificista, da Filosofia. Vejam que a confiança na utilização de uma metodologia depende de se excluírem certas visões da Filosofia, como esta de James, que a tornam demasiado pessoal e subjetiva.

Quem tem essa visão pragmatista da Filosofia não pode estar de acordo com alguém que pensa, por exemplo, que a filosofia deve ser fruto de um intelecto comprometido com procedimentos que não dependam da **subjetividade** de cada um. Uma concepção deste último tipo é defendida, por exemplo, por Bertrand Russell⁴ (1872-1970),

³ **JAMES, William.** (1842-1910). Filósofo e Psicólogo estadunidense, em 1875 foi o primeiro a ministrar um curso de Psicologia no mundo. Sua obra *Princípios de Psicologia* constitui um clássico da área até hoje. James foi um dos formuladores e defensores da filosofia pragmatista, a qual ele apresenta em obra intitulada *Pragmatismo*. Mais informações sobre o filósofo podem ser encontradas no endereço: http://pt.wikipedia.org/wiki/William_James (acessado em 01/09/2010).

⁴ **RUSSELL, Bertrand.** (1872-1970) foi um dos mais importantes pensadores ingleses do século XX. Assim como outros contemporâneos, Russell criticou o idealismo inglês de Francis Bradley e John Mactaggart preponderante no final do século XIX, restaurando, em um certo sentido, a tradição empirista. Russell foi responsável por introduzir o pensamento de Gottlob Frege (1848-1925) aos filósofos ingleses, especialmente no que se refere às ferramentas providas pela lógica matemática. Um de seus principais objetivos era detalhar a relação entre os objetos abstratos e a experiência. Além de sua extensa produção

matemático, filósofo, educador e ativista de causas sociais. Dele é o seguinte trecho – aliás, semelhante a um outro, de Nietzsche⁵, que citarei em seguida – sobre esse assunto: “Os filósofos, desde Platão a William James permitiram que suas opiniões sobre a constituição do Universo fossem influenciadas pelo desejo de edificação. Sabendo, ou julgando saber, quais crenças tornariam os homens mais virtuosos, eles inventaram argumentos, alguns dos quais bem falaciosos, para provar que essas crenças são verdadeiras.” Subjacente a esse pensamento está a crença de que é possível produzir uma filosofia objetiva.

Eis agora o trecho de Friedrich Nietzsche (1844-1900): “Para explicar como um filósofo chegou às suas mais remotas afirmações metafísicas, é sempre bom e sábio se perguntar que moralidade ou edificação é visada por essa metafísica. Em conformidade com isso, não acredito que um impulso ao conhecimento tenha sido o pai da filosofia, mas acredito, ao contrário, que um outro impulso apenas empregou o conhecimento – e um falso conhecimento – como instrumento”. O outro impulso, de que o texto fala, é a vaidade; Nietzsche chama os grandes filósofos do passado de “monstros de vaidade”. No texto de Russell com certeza – o de Nietzsche também, talvez – nós temos um pensamento que é aproveitável para quem quer defender uma posição da filosofia como uma *episteme* respeitável no mesmo nível, pelo menos, que muitas outras, e criticar aquela posição do subjetivismo temperamentalista de William James. Temos aí, portanto, duas grandes posições contrárias, e é claro que vai ser impossível você reunir esses dois grupos de filósofos e tentar fazer com que eles cheguem a algum acordo a respeito do método em Filosofia, dada essa inseparabilidade, que parece existir, entre a teoria e a prática do método, de um lado, e a doutrina substantiva do outro. Essa então é mais uma dificuldade para se responder a questão de qual é o método em Filosofia.

intelectual nas áreas de Filosofia e Lógica, ele produziu obras sobre política, moral, educação, religião, dentre outros temas.

⁵ **NIETZSCHE, Friedrich.** (1844-1900), filósofo e filólogo alemão é conhecido pela força conceitual de seu pensamento e pela qualidade literária de suas obras. No início de seu percurso intelectual foi influenciado pelo pensamento de Schopenhauer, o que se reflete em seu primeiro livro *O Nascimento da Tragédia* (1872). Nessa obra, Nietzsche considera que a tragédia grega uma forma artística de salvação e associou a tragédia grega às óperas de Wagner. Em vários trabalhos, como *Além do Bem e do Mal* (1886), adota o método da “filosofia às marteladas” em relação a concepções religiosas e éticas (particularmente a cristã), defendendo uma “valoração (e reavaliação) de todos os valores”. Nietzsche continua sendo um dos mais influentes filósofos alemães no pensamento contemporâneo.

Mas esqueçamos um pouco essas dificuldades e tentemos dizer algo de positivo sobre o método em Filosofia. Vou enumerar o que, por falta de melhor nome, chamarei de *componentes subjetivos e componentes objetivos* do método em Filosofia.

Tópico 3.2 - Componentes subjetivos do método filosófico

Nos componentes subjetivos vou distinguir duas coisas: um *elemento ético*, e um outro que vou chamar de *elemento temperamental*. No que diz respeito ao primeiro, estou pensando, por exemplo, numa reflexão feita para Claude Bernard (1818-1878), fisiologista, médico e pensador da ciência. Ele afirma que o cientista, antes de entrar em seu laboratório, tem de tomar uma atitude importante, que é a de desprender-se dos preconceitos e das idéias recebidas. Ora, esse é um esforço que podemos, com propriedade, caracterizar como *ético*.

O filósofo deverá estar comprometido com as normas ou regras do ‘jogo filosófico’. Quais são essas normas ou regras? Essas normas mandam que o filósofo, ou o aprendiz de filósofo, ponha o seu amor à verdade e seu empenho em chegar ao conhecimento, acima, digamos assim, de quaisquer outros amores seus, em si mesmos legítimos, que possam conflitar com esse primeiro amor. Então, na medida em que você se apresenta, aos outros e a si mesmo, como filósofo, como genuinamente filósofo, você implicitamente estará fazendo, digamos, um ‘juramento profissional’ que, embora não seja público ou registrado em ata, nem conste formalmente de instrumentos jurídicos, é muito significativo e poderia ser enunciado, por exemplo, nos seguintes termos: “Prometo, na medida de minha capacidade, pôr o interesse pela descoberta da verdade e pela sua justificação acima de qualquer outro interesse meu que possa conflitar com ele”. E promessa, mesmo informal, é dívida; isto é, o sujeito tem uma obrigação, para com a comunidade de seus interlocutores, de agir em conformidade com essa promessa. Esse é, portanto, o componente ético que tem de estar presente no caráter e na conduta intelectual do pesquisador em geral, talvez mais particularmente em ciências humanas, e mais ainda nessa forma de *episteme* que se chama Filosofia. Esse é o componente ético e é nele que reside a característica da *episteme* de ser desinteressada, referida no início do artigo.

Vamos agora ao componente de **temperamento**. Há, nesse amor à verdade – nesse amor que ama mais a verdade do que a própria doutrina que se tem num certo momento da vida – um elemento que não é ético, e que estou chamando de *temperamental*. Ele consiste em se identificar emocionalmente com o que há de mais excitante nesse jogo – que é o jogo da verdade, o jogo de buscar a verdade – jogo no qual você ‘marca gol’ quando encontra a verdade ou algo próximo dela, e marca gol contra quando defende o erro porque deseja que ele fosse a verdade. Suponhamos que, num jogo amador e amistoso de futebol, você marque um gol agindo em desacordo com as regras do jogo. Pois bem, assim como nessa situação não tem graça ganhar do adversário roubando, por exemplo, marcando gol com a mão sem que o juiz veja, também não tem graça – é esse o elemento puramente temperamental, psicológico, isto é, extra-moral – não tem graça defender uma proposição teórica, uma tese sabendo que você está escondendo dos outros, e possivelmente de você mesmo, evidências contrárias a essa proposição, ou que você está como que ‘fabricando evidências’ favoráveis a ela. Com esse comportamento seu, o jogo perde justamente o que ele tem de mais essencial, de mais excitante, que é a única grande razão de ele ser disputado.

De onde vêm a conveniência e a necessidade de se enfatizarem esses elementos éticos e temperamentais? Vêm do fato de que há forças poderosas, dentro de nós mesmos, que agem insidiosamente numa direção contrária a eles. Essas forças foram objeto de atenção de uma tradição de pensamento que se constituiu na Europa continental na época moderna. Ela se chama a vertente dos *moralistas franceses*, e começa com Michel de Montaigne, no século XVI, passa pelo século XVII, com La Rochefoucauld⁶ e Blaise Pascal⁷ (que é, por sinal, uns dos gigantes do pensamento ocidental), percorre o

⁶ **François, Duque de La Rochefoucauld** (1613-1680) Filósofo francês. “La Rochefoucauld foi um dos introdutores, e certamente o maior cultor do gênero de máximas e epigramas, divertimento social que ele transformou em gênero literário, escrevendo textos de profundo pessimismo. Seu mais famoso livro, "Reflexões ou sentenças e máximas morais", apareceu pela primeira vez em 1664. Até a quinta edição do livro, La Rochefoucauld foi condensando suas máximas, ao mesmo tempo em que abrandava o tom, restringindo o seu amargor. Espírito cáustico, amargurado, ele atribui ao amor-próprio um papel preponderante na motivação das ações humanas. Todas as qualidades da nobreza - as falsas virtudes - têm a movê-las o egoísmo e a hipocrisia, atributos inerentes a todos os homens. Segundo La Rochefoucauld, a necessidade de estima e de admiração está por trás de toda manifestação de bondade, sinceridade, gratidão. Ele é um pessimista desencantado com o gênero humano”.

(http://pt.wikipedia.org/wiki/François_de_La_Rochefoucauld)

⁷ **PASCAL, Blaise** (1623-1662) Filósofo, matemático, físico e literato francês contemporâneo de Descartes. Desde menino se interessou por matemática e publicou seu primeiro tratado sobre o tema com 16 anos de idade. Aos 18 anos começou a construção de um mecanismo capaz de realizar as quatro

século XVIII com La Bruyère, Chamford, Vauvegnargues e outros, e tem continuadores no século XIX e mesmo no século XX. Essa tradição pensou os fatores *internos* que atuam como obstáculos tanto ao cultivo do temperamento sintonizado com o que há excitante nas regras do jogo da verdade, quanto à adoção de condutas em conformidade com a norma ética de não fabricar evidências, não ocultar elementos desfavoráveis à opinião própria, etc. Essas forças são de fato poderosas, daí a necessidade de se enfatizar tanto o lado ético quanto o lado temperamental dessa coisa que se chama o amor da verdade, o apreço pelo saber, a filosofia (Aproximadamente, em grego “sofia” e “filo” se traduzem respectivamente por “sabedoria” e “amante de”).

Com a ajuda dessa tradição, refletamos então sobre esses fatores internos. Entre os traços de temperamento que prejudicam o exercício do amor ao saber, figuram o *amor-próprio* (num certo sentido desse termo) e a *vaidade*. Ouçamos Pascal a respeito de um e de outro: “A natureza do amor-próprio, desse eu humano, é de amar apenas a si e não considerar a não ser a si. Mas ele não vai conseguir impedir que esse objeto que ele ama seja cheio de defeitos e de miséria. Ele quer ser grande, ele se vê pequeno; ele quer ser feliz, ele se vê miserável; ele quer ser perfeito, ele se vê cheio de imperfeições; ele quer ser objeto de amor e de estima dos homens, e ele vê que seus defeitos não merecem senão a aversão e o desprezo deles. Esse embaraço em que ele se encontra produz nele a paixão a mais injusta e criminosa que se possa imaginar, porque ele concebe um ódio mortal contra essa verdade que o repreende e que o convence de seus defeitos. Ele desejaria aniquilá-la, e não podendo destruí-la nela própria, ele a destrói, tanto quanto ele pode, no seu conhecimento dela... Isto é, ele toma todo o cuidado em cobrir os seus defeitos aos olhos dos outros, e aos seus próprios olhos” (grifo meu). Essa descrição que

operações aritméticas, obtendo sucesso depois de dez anos de tentativas. Físico experimental, realizou a célebre experiência de Torricelli sobre a possibilidade do vácuo na natureza, contrariando, desse modo, teses sobre a continuidade da matéria defendidas por Descartes. Como menino prodígio, aos 12 anos trabalhava por conta própria com base nos *Elementos*, de Euclides. Ele também inventou a seringa e a prensa hidráulica. A partir de 1651 começa a sofrer graves problemas de saúde que permanecerão até sua morte prematura. Sua principal obra filosófica foi publicada postumamente sob o título *Pensamentos*. Trata-se de fragmentos de textos de diferentes tamanhos em torno e inúmeros temas (tais como a natureza do conhecimento, da moral, da metafísica, da religião, entre inúmeros outros). , mas que se considera como parte do material que Pascal utilizaria para elaborar uma “Apologia da religião cristã”. Parte de seus trabalhos nesta época diziam respeito aos fundamentos do cálculo das probabilidades. Passou por uma experiência religiosa que levou-o a freqüentar o mosteiro jansenista em Port-Royal. Ajudou os jansenistas em sua disputa com os jesuítas, escrevendo anonimamente *Cartas Provinciais* (1656-7), que ajudaram a abalar significativamente o prestígio e autoridade dos jesuítas. Seus *Pensamentos*, publicados postumamente em 1670, estabeleceram seu influente princípio do intuitivismo, que ensinava que Deus poderia ser ‘experimentado’ através do coração, e não da razão. Para uma breve bibliografia de Blaise Pascal, consulte o endereço <http://educacao.uol.com.br/biografias/ult1789u647.jhtm>, acessado em 01/09/2010.

o autor faz do amor-próprio é a descrição de algo que está arraigado na natureza humana e que não poupa ninguém, conforme se infere desta outra passagem dele: “Há diferentes graus dessa aversão pela verdade, mas pode-se dizer que ela está em todos os homens em algum grau, porque ela é inseparável do amor-próprio”. Pascal também inclui a todos nós, inclusive a ele próprio, entre as vítimas intelectuais desse outro inimigo interno insidioso que é a vaidade: “A vaidade está tão arraigada no coração do homem, que um soldado, um criado, um cozinheiro, um carregador, se vangloria e quer ter seus admiradores, e os filósofos também querem ter. E aqueles que escrevem contra também querem ter a glória de terem escrito bem, e aqueles que os lêem querem ter a glória de tê-los lido. E eu que escrevo isso talvez tenha essa vontade também”. E, podemos e devemos acrescentar, nós outros que escutamos essas palavras de Pascal – nós outros, quer dizer, eu que escrevo isso e vocês que me lêem – também talvez tenhamos essa vontade.

Estas reflexões se alinham com outras, que mostram quanto poderosas são as forças subjetivas e psicossociais que bloqueiam o cultivo do temperamento amante das regras do jogo e do senso de obrigação e de obediência a elas.

Mais tarde, e mais ou menos no mesmo espírito, escreveu Arthur Schopenhauer⁸: “Essa filosofia universitária, carregada de uma centena de interesses e mil comprometimentos diversos, caminha usando rodeios e avançando por caminhos tortuosos sem jamais perder de vista o temor do Senhor, a vontade do ministério, as exigências do editor, o favor dos estudantes e a boa amizade dos colegas”. Schopenhauer é do século XIX, o que nos faz ver que essa é uma temática recorrente; e isso só acentua a importância, para o filósofo e o cientista tanto quanto para os aprendizes de filósofo e de cientista, de se protegerem contra esses obstáculos internos poderosos. Daí a necessidade de se insistir sobre a importância de se educar o espírito, de educar a sensibilidade, para que

⁸ **SCHOPENHAUER, Arthur.** (1788-1860). Filósofo alemão cuja principal obra é *O Mundo como Vontade e Representação* (1818). Leitor de Kant, Schopenhauer parte da metafísica kantiana segundo a qual o mundo externo é construído por nossa mente através de representações (ou idéias). Diferentemente de Kant, porém, não considera que as coisas em si mesmas estejam além de nosso alcance. Para ele, a natureza do mundo é a *vontade*, uma força irracional sem finalidade ou direção. A vontade seria o princípio último de tudo e um impulso jamais inteiramente satisfeito. Neste mundo, repleto de dor e sofrimento, a arte e a contemplação estética minimizam o impacto dessa força cega no destino humano. O reconhecimento da cegueira da vontade gera uma moral pessimista, mas que pela contemplação ética da vontade permite a compaixão e a renúncia, em moldes semelhantes à moral budista (que tanto influenciou seu pensamento).

cultivemos tanto o gosto pelas regras do jogo da verdade, quanto a disposição de se obrigar a agir em conformidade com o preceito que manda colocar o amor da verdade acima de outras possíveis inclinações conflitantes com ele, o que não raro é muito difícil, e às vezes talvez mesmo impossível, de se fazer.

Um parênteses. Temos aqui três filósofos do passado, um do Século XVII, o francês Pascal, e os outros dois, os alemães Schopenhauer e Nietzsche, do século XIX. Ocorre que quanto mais o tempo passa – o tempo das últimas quatro ou cinco décadas – tanto mais fica patente a atualidade deles, especialmente talvez a de Nietzsche e a de Pascal. Mas no caso deste pensador francês a atualidade é mais surpreendente e admirável do que no dos dois alemães: estes, e Nietzsche mais do que Schopenhauer, nos são bem mais próximos, não só no tempo, mas culturalmente. Já Pascal era contemporâneo de Descartes, e viveu a maior parte de sua vida na primeira metade do século XVII, um século já remoto e culturalmente muito contrastante com o nosso, o que torna ainda mais admirável a grande atualidade que ele tem, tanto como filósofo moral, quanto como filósofo da mente – com suas reflexões sobre a imaginação e os traços de temperamento e de caráter – e também como pensador do conhecimento humano.

Duas palavras sobre a relação entre o componente ético e o componente temperamental. Primeiro, não há uma distinção completa entre os dois: um ou outro elemento de um deles pode ser também elemento do outro. Por exemplo, a *coragem intelectual*, de que falei no *Tópico 3.3 do Tema 1*, está incluída na área fronteira entre o componente temperamental e o componente ético, com um pé num deles e o outro pé no outro. Com efeito, a coragem parece exigir tanto um temperamento condizente, quanto um apropriado senso de dever. Segundo, a prática da dimensão ética é indispensável; ou seja, o exercício da dimensão temperamental não basta por si só. Não basta a vantagem da virtude temperamental, mesmo quando ela existe num grau elevado. E o exercício do primeiro, do ético, é grandemente facilitado pelo cultivo do temperamento que seja mais ou menos naturalmente amante das regras do jogo, amante do jogo limpo. Ou seja, o traço temperamental tem de figurar no equipamento com o qual o investigador empreende a busca de respostas aceitáveis para as questões filosóficas, mas ele não é suficiente.

O traço temperamental e o componente ético são mais importantes – atenção para isso – onde se tem menos controle científico, tanto na formulação quanto na defesa de hipóteses. Sem a quantificação e os conceitos da matemática e da lógica, que inclusive algumas disciplinas humanas, como a Economia, utilizam sem os procedimentos experimentais, que certas psicologias usam, e sem o sofisticado aparato tecnológico posto a serviço das ciências biológicas e biomédicas, da astronomia, sem isso tudo o fato é que nós, filósofos, dependemos daquelas duas condições num grau bem maior do que nas modalidades da episteme em que há recursos daqueles tipos. Então esse bipê é um suporte fundamental para a sustentação, ainda que relativa, da busca do saber em Filosofia e na maior parte das ciências humanas. Dentro das humanidades, é a Filosofia que precisa deles mais ‘desesperadamente’. Por exemplo, a ciência política trabalha com dados quantitativos (por exemplo, com resultados de eleições), embora esses dados sejam sujeitos, eles próprios, a serem interpretados diversamente por diferentes estudiosos. Ou seja, o praticante da episteme filosófica precisa ser mais virtuoso, no que diz respeito àquelas duas qualidades, do que os praticantes das demais modalidades da episteme. Estou falando, portanto, da posse de um equipamento, que inclui elementos intelectuais, emocionais e éticos, que é parte de um discurso do método para bem conduzir o intelecto e procurar, se não a verdade na Filosofia, pelo menos evitar o erro nela.

Tópico 3.3 - Componentes objetivos do método filosófico

Encerrada a reflexão sobre as condições subjetivas, entro na consideração das condições que, por falta de termo melhor, chamei de **objetivas**. Voltemos à tese segundo a qual os problemas da Filosofia são mais importantes do que as respostas a eles. É possível defender essa tese com pelo menos duas ou três boas razões, mas isso não será feito aqui. Apenas registro a respeito o testemunho de dois filósofos, um dos quais é Bertrand Russell, já mencionado antes. Escreve ele: “Em filosofia o que é importante não são tanto as respostas que são dadas, mas antes as questões que são colocadas. A esse respeito a Escola de Mileto merece a fama que tem”. As respostas que essa Escola deu sobre a constituição do mundo físico hoje soam infantis para nós, mas permanecem as perguntas que eles foram capazes de fazer, bem como o método que eles utilizaram para

respondê-las. O outro é o alemão Karl Jaspers⁹ (1883-1969), que foi também um psiquiatra influente. Ele escreveu: “Filosofia significa ir a caminho, seguir, continuar, suas questões são mais essenciais do que as respostas, e toda resposta se converte numa nova questão”.

Reflitamos novamente sobre as questões filosóficas. Observe-se que elas são interessantes intrinsecamente, isto é, *nelas mesmas*. As pessoas que cuidam de respondê-las, querem – simplesmente querem – encontrar respostas para elas. Esse parece ser um desejo mais ou menos natural. Mas, conforme foi desenvolvido mais atrás, um problema filosófico não é definido como tal (isto é, como *problema*) independentemente de um sujeito particular. Um filósofo espanhol contemporâneo, Julián Marías¹⁰, nascido em 1916, escreveu sobre isso e afirmou que não basta o assim chamado problema vir numa forma interrogativa e versar sobre um assunto dito filosófico. Por exemplo, “O que é a liberdade?”, “Como se conciliam liberdade individual e controle social?” É preciso, além disso, que aquilo que se pergunta tenha com a pergunta uma relação visceral tal que essa interrogação lingüística se torne um problema vital para ele, um problema mesmo, no sentido de incomodá-lo, de ser um obstáculo que ele tem de transpor para continuar no caminho. Quer dizer, o assim chamado problema tem de ter uma real *problematicidade*. Esse é um elemento que faz o problema interessante, que torna a questão filosófica interessante. As questões da Filosofia estão entre as questões teóricas que mais fortemente despertaram, e continuam despertando, o interesse dos seres humanos; são questões que estes colocaram em diversos momentos do passado, e insistem em continuar colocando hoje.

⁹ **JASPERS, Karl.** (1883-1969) Jaspers, foi um dos principais pensadores existencialistas do século XX. Para ele: “a existência humana e o incomensurável que a envolve são sobretudo experimentáveis em situações consideradas como limite, nomeadamente o fracasso, a culpa ou a morte. Defende igualmente que é na comunicação com os outros que a liberdade humana se realiza plenamente”. (<http://historiaeciencia.weblog.com.pt/arquivo/006221.html>, acesso em 01/09/2010). Para maiores informações sobre este autor, visitar o site http://pt.wikipedia.org/wiki/Karl_Jaspers.

¹⁰ **MARIAS, Julián.** (Julián Marías Aguilera 1914-2005). “Filósofo espanhol discípulo de José Ortega y Gasset. Estudou filosofia na Universidade de Madrid nos anos da República (1931-1936) [o autor refere-se à República espanhola anterior à guerra civil que culmina, em 1939, com a ascensão de Franco ao poder], onde foi aluno de Ortega y Gasset, Zubiri, Gaos y García Morente [alguns dos mais renomados pensadores espanhóis do século]. Em 1941 publica a primeira edição de sua *Historia da Filosofia*, que foi muito difundido. Em 1948 funda junto com Ortega o *Instituto de Humanidades* de Madrid. Em 1951 apresentou ante a Universidade de Madrid sua tese doutoral, intitulada *A metafísica do conhecimento em Gantry*. Foi fecundo escritor e conferencista”. (<http://www.filosofia.org/ave/001/a064.htm> acesso em 01/09/2010).

Boa parte do que chamamos *Filosofia* consiste, portanto, em levantamento de certas questões e tentativa de respondê-las; a Filosofia se apresenta como levantadora de questões, como clarificadora de questões, como modificadora de questões, como crítica de questões, e como investigadora do relacionamento dessas questões umas com as outras e com o momento sociocultural em que elas se formulam. Vamos pensar, então, na Filosofia como um certo conjunto de questões, e nossa pergunta é: qual seria o método para investigar essas questões? Diz um interessante filósofo inglês, Isaías Berlin (nascido em 1909 e morto em 1997), pensador político e historiador das idéias: “Uma marca das questões filosóficas é esta, que você não sabe bem onde olhar para buscar uma resposta”; ou seja, você não sabe como proceder exatamente para chegar a uma resposta, entre outras coisas por não se tratar de uma questão científica, experimental ou não. E continua ele: “Quando não existe um método estabelecido para se fazer algo, você faz o que pode. Você simplesmente tenta resolver paciente e esforçadamente.

A Filosofia assim concebida, isto é, como o estudo de certos problemas, é pensada, portanto, essencialmente como uma atividade, e não como um corpo de proposições afirmadas como verdadeiras, como, por exemplo, a Aritmética e a Geografia. Encontramos a Filosofia assim concebida em autores tão diferentes como Ludwig Wittgenstein (1889-1951) e Julián Marías, sendo o primeiro um pensador austríaco naturalizado britânico, para quem a Filosofia é uma atividade de ‘terapia intelectual’ que visa livrar-nos de males doutrinários. Para Marías, que nesse ponto segue seu mestre Ortega y Gasset, um outro espanhol, a Filosofia é um “quehacer” (um *afazer*), ou seja, um fazer mais do que qualquer outra coisa.

O método, então, qual seria? Em conformidade com o que foi dito antes, ele teria de ser um método para a atividade de estudar e trabalhar essas questões. Seria um método, primeiro, para melhor detectar questões que vale a pena levantar, no sentido de que vai ser fecundo levantá-las em um dado momento em que elas deverão encontrar repercussão. Segundo, para fazer avançar nossa compreensão desses temas e questões, bem como da história de seu surgimento, ressurgimento e transformações sofridas ao longo do tempo, de seu relacionamento com a história passada, e da interligação desses temas com elementos não-filosóficos do momento histórico. Terceiro, um método que nos guie em como melhor se abrir a influências retificadoras de nossa visão atual da problemática, e de sua atualidade ou não.

Nesse quadro, há uma disciplina que passa a ocupar um lugar especial na teoria do método filosófico, e ela é a Filosofia da Linguagem. Por que isso? Pelo seguinte. De um modo geral, é prudente, metodologicamente, apoiar-se no mais próximo para se conhecer o mais distante, no mais concreto para se conhecer o mais abstrato, no mais familiar e observável para se conhecer o menos familiar e não-observável. Sendo assim, uma idéia que parece boa é observar a linguagem, estudar a linguagem, que é afinal de contas o instrumento com o qual nós filosofamos; nosso instrumento não é o telescópio, nem o microscópio, nem qualquer outro produto de avanços tecnológicos. A linguagem é feita de comportamentos verbais, de ações lingüísticas, e a idéia é analisar esses comportamentos e ações, com vistas a aprender a direcioná-los para melhor pensar as questões filosóficas.

Nesse terreno, uma das coisas que foi feita é refletir sobre o que se chama *erro categorial*, e avanços foram feitos aí. Um erro categorial ocorre quando você confunde categorias diferentes, ou de níveis diferentes: você põe numa categoria um objeto que não pertence a essa categoria, e nós somos levados a isso pela linguagem, pelo que podemos chamar de armadilhas da linguagem, que nos induzem ao erro, que nos ludibriam, nos “enfeitiçam”. Um exemplo. A linguagem inclui substantivos como ‘mente’, ‘consciência’. Ora, muitos substantivos **denotam** objetos, entidades. Então passamos a subentender que, do mesmo modo que o objeto denotado por ‘mesa’ existe, também deve existir um objeto, uma coisa, denotado por ‘mente’, por ‘consciência’. Ocorre, no entanto, que é duvidoso que esses objetos existam; o que parece existir são processos mentais e não “a mente”, processos conscientes – também processos pré-conscientes, processos inconscientes – e não “a consciência”; mas a tendência é, deixando-se enfeitiçar pelos substantivos, supor que existam, como entidades, a mente, a consciência, e outras coisas. Então, a partir da existência de substantivos – que são reais, sim, mas são uma realidade lingüística – ‘substantivamos’ a coisa, no nível da realidade, isto é, inventamos uma espécie de **substância** a que a palavra se refere. Ou seja, de tanto falar “a mente”, “a consciência”, acabamos por acreditar que existe uma coisa, um objeto, uma entidade, **referida** pela palavra.

Esse tipo de contribuição foi trazida por filósofos como Gottlob Frege¹¹, também lógico e matemático (1848-1925). Ele via a tarefa da Filosofia como a de “romper com o domínio da palavra sobre o espírito”, tema ecoado na obra de Wittgenstein¹², para quem o núcleo do exercício da Filosofia é libertar-se do feitiço, do enfeitiçamento, da linguagem. Então, parece que a Filosofia da Linguagem é uma disciplina metodológica primeira. Frequentemente o exercício da filosofia da linguagem é clarificar conceitos, mas não se trata de fazer clarificações lingüísticas sem interesse substantivo para a *episteme* filosófica. Não se trata, tampouco, meramente de clarificar o discurso do senso comum. Trata-se de tomar as idéias e o vocabulário do senso comum apenas como um ponto de partida para uma compreensão analítica elaborada. Vamos dar exemplos desse tipo de pergunta que é filosoficamente relevante. “O que é um direito humano?” “Somos naturalmente dotados de direitos, ou os direitos são uma atribuição convencional?” “A liberdade, no sentido da Filosofia da Ação, é um traço que se descreve como se descreve, por exemplo, o comportamento agressivo? Ou não?” “A liberdade, no sentido da Filosofia Política, tem a natureza de um direito que o sujeito tem? Ou é um traço factual?” É no exame dessas questões, e das implicações delas, que a Filosofia da Linguagem ajuda, ou pode ajudar. Então a linguagem é de fato – e isso é um ponto pacífico – *orientadora* e *desorientadora* do intelecto. É um instrumento do acerto quando se acerta, e do erro quando se erra. Ora, o conhecimento desse instrumento, dos seus meandros, de suas artimanhas, de suas funções, permitiria, podemos acreditar, promover o acerto e prevenir o erro.

¹¹ **FREGE, Gottlob.** (1848 - 1925) Matemático alemão que concentrou seus estudos na lógica. “Frege foi o primeiro a formular com precisão a diferença entre variável e constante, assim como o conceito de função lógica, a idéia de uma função de vários argumentos, o conceito de quantificador. A ele se deve uma conceituação muito mais exata da teoria aristotélica sobre sistema axiomático, assim como uma clara distinção entre lei e regra, linguagem e metalinguagem. Ele é autor da teoria da descrição e quem elaborou sistematicamente o conceito de valor. Mas isto não é tudo, pois todas estas coisas são apenas produtos de um empreendimento muito maior e fundamental, que o inspirou desde suas primeiras pesquisas: uma investigação das características daquilo que o homem diz quando transmite informação [por meio da linguagem natural] por meio de juízos” (http://www.geocities.ws/hifi_eventos/Logica-frege.html acesso em 01/09/2010).

¹² **WITTGENSTEIN, Ludwig.** (1889-1951) filósofo de origem austríaca, engenheiro de formação. Wittgenstein se aproximou da filosofia graças às leituras que fez de textos de Gottlob Frege e Bertrand Russell sobre a lógica matemática. No *Tratado Lógico-Filosófico* (1922), Wittgenstein considera necessário solucionar os problemas relacionados com o significado das afirmações simples ou contingentes, uma vez que boa parte dos problemas filosóficos decorreria, segundo ele, de confusões trazidas à tona pela ambigüidade própria da linguagem comum. Para ele, um dos objetivos da Filosofia é dissolver os falsos problemas através de uma clarificação dos conceitos. Sua segunda grande obra, *Investigações Filosóficas* (1953), adota uma perspectiva pragmática ao analisar os denominados “jogos de linguagem” em seu contexto.

O tratamento do que chamei de condições subjetivas e objetivas constitui uma reflexão sobre o método, sobretudo em ciências humanas e, em especial, em Filosofia. Sobre o método fiz uma reflexão que tem duas partes, basicamente. Uma sobre as condições subjetivas, e aí temos uma grande e fantástica contribuição da filosofia européia continental, especialmente da vertente dos moralistas franceses e de seus continuadores. No que diz respeito aos componentes objetivos, aproveitei-me de uma tradição filosófica de um tipo diferente da primeira, que é a Filosofia Analítica. Essas duas tradições confluem para o mesmo ponto. E não surpreende que assim seja, porque no fundo, e em última análise, ambas as tradições pensaram, e estão pensando, as questões da Filosofia, tanto as questões de método quanto as questões substantivas.

Observação necessária

Tentar *dizer* o que a Filosofia é, e desse modo esperar transmitir a quem ouve ou lê o espírito dela, o ‘coração e a mente dela’, é uma empreitada nela mesma com uma séria limitação, mesmo que alguém consiga dizê-lo de um modo excepcionalmente bom, ou o melhor possível. É que a Filosofia propriamente dita – isto é, aquela que é praticada por aqueles que chamamos filósofos, e que não inclui nem estudos de comentador nem histórico-filosóficos propriamente ditos – é uma *atividade, uma arte*, portanto algo que envolve o cultivo de determinados interesses e habilidades. E, como toda arte, ela não é suscetível de ser explicada apenas por meio de discurso. É necessário, para se ter dela uma explicação menos abstrata, mais concreta e aprofundada, que *se a pratique*; é preciso que o *dizer* de quem explica se combine intimamente com o *fazer* filosófico, com a *atividade filosofante* – ainda que em nível do aprendiz de filósofo – daquele para quem a explicação está sendo dirigida. Suponhamos que alguém fosse explicar/descrever, para um grupo de dançarinos, todos os passos e a coreografia de uma dança não-familiar. Uma maneira seria fazê-lo apenas discursivamente, digamos com grande precisão vocabular e riqueza de detalhes. Uma outra maneira seria combinar a primeira com exibição de fotografias, com a exibição de um vídeo, ou, melhor ainda, com a encenação ao vivo pelos praticantes dela. Com isso, os ouvintes/espectadores teriam da nova dança uma compreensão boa, mas limitada. A compreensão mais completa e aguda da platéia viria com a combinação do anterior com a atividade de seus componentes em tentar praticar a própria dança objeto da explicação. Embora filosofia e dança sejam coisas muitíssimo diferentes, há um importante e decisivo elemento comum entre elas, que é serem *formas de arte* (ao menos no sentido amplo, mas alguns diriam que não só nele). Na segunda trata-se de arte de movimentar e controlar o corpo, de criar e executar movimentos associados com o ritmo e a melodia da música. Na primeira se trata-se da arte de levantar uma questão nestes ou naqueles termos (ou de abster-se

de levantá-la, quando se julgar epistemicamente inapropriado fazê-lo), da arte de buscar respostas e avaliá-las, da arte de argumentar (ou de abster-se de fazê-lo quando se pressente que já se chegou ao ‘inargumentável’, ao ‘axiomático’). As teorias num caso e as instruções no outro estão ambas nos livros, no discurso, mas somente incluindo o exercício da arte é possível começar a ter uma compreensão mais realista e aprofundada do objeto que está sendo explicado. As considerações deste parágrafo final têm conseqüências (construtivas) para os estudiosos no campo do comentário filosófico e no da história das idéias filosóficas. Apresentarei algumas considerações a respeito na próxima unidade.

Tema 4 - Filosofia e Ensino da Filosofia

Tópico 4.1 - Três tipos de atividade filosófica

Podemos distinguir três áreas de investigação dos profissionais universitários da Filosofia: a filosofia propriamente dita - isto é, aquilo que os filósofos fazem e produzem - o comentário de obras filosóficas – aqui entendido de modo a incluir estudos que não entram nos detalhes das ligações da obra comentada com a literatura filosófica anterior e/ou posterior – e a história da filosofia – aqui entendida no sentido, menos abrangente que o habitual, de estudos que contam o itinerário das idéias e doutrinas no tempo e no espaço, examinando, portanto, o surgimento e desenvolvimento desta ou daquela doutrina ou escola num determinado lapso de tempo, às vezes maior as vezes menor. Essas três modalidades são, em graus bem diferentes, distintas umas das outras, embora as duas últimas sejam usualmente confundidas sob a denominação “história da filosofia”.

Quando se examina o ensino dessa matéria, é necessário fazer a tripartição acima, uma vez que as motivações e as habilidades a serem ensinadas são específicas de cada uma delas. Cursos para a formação de filósofos serão muito distintos de cursos para a formação de comentadores, e estes, por sua vez, diferirão em boa medida dos de formação de historiadores.

Parece inegável que um sistema (regional, estadual ou nacional) de cursos universitários de Filosofia – uso esta palavra com a inicial maiúscula para designar o conjunto das três modalidades – deve ter idealmente como objetivo a formação dos três tipos de estudiosos, e não apenas de um ou dois deles. Ou seja, quando um determinado

sistema de ensino não está fazendo isso, então ele deve ter a forte preocupação de passar a fazê-lo. E tal proposição decorre da importância e indispensabilidade dessas três áreas, coisas que, nos limites deste artigo, darei como assentes, isto é, aceitas sem necessidade de argumentação aqui.

Não me ocuparei neste trabalho com o importante tema do ensino da história da filosofia, nem do comentário filosófico. Meu foco será o ensino da filosofia, ou da filosofia propriamente dita, bem como a situação de tal ensino na universidade brasileira.

Na maior parte das áreas do conhecimento há, no que diz respeito ao seu ensino, uma dualidade, a da atividade e a do conteúdo produto dela: este vem a ser o corpo de teses e proposições metodológicas mais ou menos consensualmente aceitas na comunidade dos investigadores, e a atividade é a de fazer essa ciência, isto é praticar os métodos e gerar os resultados na forma de um corpo de leis, de teses ou de hipóteses. Por exemplo, o ensino da física pode abranger tanto ensinar as teorias aceitas quanto a arte de pesquisar, de se tornar um físico, neste ou naquele campo dessa área. Ocorre que em filosofia é sabido que não existe um corpo de teses nem aproximadamente aceitas como verdadeiras numa comunidade adequadamente ampla de estudiosos; pelo contrário, a filosofia chama a atenção pelo volume de controvérsia e desacordo tanto em temas substantivos quanto em questões metodológicas. Uma vez que em filosofia não há nem metodologia nem teoria substantiva minimamente aceitas para serem transmitidas e ensinadas, o que sobra para ser ensinado é uma atividade, que é a de levantar questões, discuti-las e buscar respostas para elas, na esperança de num futuro se chegar a um grau satisfatório de acordo e consenso. Portanto, a dualidade pedagógica que existe em graus diferentes – na verdade, muito diferentes – nas ciências, simplesmente inexistente em filosofia. Portanto, o que existe para ser ensinado é uma atividade, a do filosofar. Daí que ensinar filosofia venha a ser, essencialmente, ensinar a filosofar, ou seja, ensinar a arte de filosofar.

Ao dizer isso, não estou evidentemente enunciando nada de novo; muito pelo contrário, estou reafirmando aquilo que já foi dito no passado e continua a ser lembrado. O nome ao qual essa tese está mais famosamente associada é, naturalmente, o de Kant, que a afirma e a enfatiza, em particular na *Crítica da Razão Pura* (no final, na “Arquitetônica da razão pura”) e no pequeno livro *Lógica*.

Um filósofo é alguém que pratica uma certa atividade; isto é, ele se define muito mais pela atividade que faz, e que o insere no conjunto dos outros filósofos, isto é, de

peças que praticam a mesma atividade, do que pelos produtos doutrinários particulares de sua atividade. Desse modo, podemos dizer que um curso que se proponha a formar filósofos vai encarar seus alunos como aprendizes de filósofo. Assim mesmo, o aprendiz de filósofo vai ser um aprendiz da arte de filosofar.

De que maneira teria lugar o aprendizado da atividade de filosofar? Em primeiro lugar, o estudante de filosofia não vai aprender a filosofar a não ser que ele tenha à sua disposição, inicialmente, duas coisas importantes. Uma é que haja entre os docentes de seu curso professores que ministrem cursos filosóficos propriamente ditos, isto é, que ofereçam ao longo de todo o período de aprendizado cursos propriamente filosóficos-temáticos. Estes cursos, é bom observar, não precisam ser necessariamente aqueles em que o ministrador exponha suas doutrinas próprias neste ou naquele campo da filosofia. Pode ser que seja assim, e é desejável que algumas vezes assim seja, mas não é necessário que o curso seja dessa natureza para que ele seja filosófico-temático no sentido em que estou usando a expressão. O que ela tem de ter minimamente, para ser filosófica, é o seguinte: ela tem de por e manter no centro das atenções o interesse pelos temas, pelas questões; o espetáculo central será o do levantamento de questões temáticas, de clarificação delas, e de discussão das respostas que foram, ou podem ser, dadas a elas. Cursos temáticos nesse sentido – nos quais figuras históricas e doutrinas vão entrar de um modo essencial, mas somente na medida em que contribuem para a reflexão sobre essas questões - são absolutamente essenciais. Se o estudante passa todo o seu curso de graduação sem ter cursos temáticos, ministrados no estilo de um filósofo e não de um historiador das idéias ou de um comentador de obras, é muito difícil que ele venha a ter alguma idéia adequada do que é aprender filosofia, do que é aprender a filosofar; ele certamente não terá nenhuma idéia minimamente precisa e profunda do que é ser um aprendiz de filósofo (a menos, é claro, que ele faça esse aprendizado por ele mesmo, fora do projeto didático-pedagógico de seu curso). O seu currículo, e o modo como o currículo é praticado, precisam por a discussão de temas no centro do curso.

Tratemos de figurar em algum detalhe como isso se passaria. O professor, o qual precisamos supor ser alguém que conhece a arte de filosofar, tem de ser também um mestre na arte de ensinar a filosofar. Ele propõe temas, talvez de preferência temas clássicos ou “semi-clássicos”, porque aí é mais fácil encontrar um conjunto de textos do passado e contemporâneos sobre aqueles temas; cada um desses textos tem de ser apropriado para, em conjunto com os demais textos, fornecer material adequado para

que o aprendiz se exercite e se desenvolva numa primeira dimensão da arte do filosofar. Que dimensão é essa, exatamente? É a da discussão de um problema, isto é, da busca de procedimentos para clarificar os termos em que o problema é colocado, e de caminhos para compreender em profundidade as respostas, inclusive as respostas conflitantes entre si, e avaliar-lhe os méritos e deméritos relativos. Qualquer iniciativa que aumente nossa compreensão de um problema filosófico, bem como das dificuldades em resolvê-lo satisfatoriamente e da facilidade de incorrer em erros, por si só faz parte valiosa do aprendizado da filosofia. De fato, este último está longe de se manifestar apenas nas habilidades de formulação de teorias que julgamos aceitáveis. Como afirma acertadamente Popper no *Prefácio* de sua obra *Conjecturas e Refutações* “trazer à luz nossos erros nos permite entender as dificuldades do problema que estamos tentando resolver. É assim que passamos a conhecer melhor nosso problema”.

Sem estas duas coisas, um tema e um conjunto de textos apropriados, não há como proceder para tentar formar filósofos. Precisa haver em um curso de filosofia filósofos que ministrem regularmente disciplinas centradas em temas e que utilizem a literatura do passado na medida em que ela pode contribuir tanto para a compreensão do problema quanto para a discussão das soluções para ele. É preciso trazer a noção de problema, de tema, para o centro do palco, para o centro de nossa atenção. Com efeito, boa parte da importância da pesquisa em filosofia e do seu ensino reside no interesse que têm para a vida individual e grupal dos homens as questões, notadamente as grandes questões, que ela estuda, isto é, na relevância dessas questões para a vida na “terra dos homens”. Precisamos estar, e permanecer, em contacto próximo e tangível com a problemática própria que é, podemos dizer, o coração da filosofia, e desse modo sentir as “pulsações desse coração”, isto é, vivenciar o problema em ser caráter interessante, relevante, palpitante. Sem esse contacto vivo, cultivado e regular com a problemática, permaneceremos estranhos à filosofia. Para isso, precisamos conjugar o estudo dos filósofos do passado com o interesse crucial pelos problemas, para poder exercitar a intelecto na reflexão pessoal sobre temas, e poder ter a possibilidade de contribuir para o debate filosófico contemporâneo.

Tópico 4.2 - A relevância da História da Filosofia no ensino da Filosofia

Examinemos mais de perto o modo como a história da filosofia, sua historiografia e a literatura de comentário interviriam no ensino do filosofar. O mestre-filósofo, que é um estudioso de temas/problemas/conceitos da filosofia, está numa dependência grande e inescapável dos pensadores do passado, e também da literatura historiográfica sobre eles. Esta dependência se manifesta em vários pontos, alguns mais óbvios outros menos. Entre os menos óbvios figura o seguinte. É no convívio meditado com a literatura do passado, recente ou não, que o filósofo retira parte do interesse ativo pelos temas e da energia intelectual usada em seu trabalho. Ora, isto é particularmente importante quando se trata de aprender a filosofar; o aprendiz de filósofo precisa conviver com os autores do passado, e também do presente, precisa lê-los habitualmente para, entre outras coisas, ajudar a desenvolver e manter vivo seu próprio interesse pelas questões; se não, é muito difícil sustentar esse interesse. De fato, e em consonância com o que foi observado mais atrás, em boa medida o interesse pela filosofia é o interesse pelas questões/temas dela. O aprendiz de estudioso de temas filosóficos está nessa dependência: ele necessita se perceber e se descobrir como alguém que partilha com grandes pensadores do passado (e também com os do presente) os interesses temáticos que são os seus próprios; sem a percepção desse compartilhamento resulta em parcialmente enfraquecida a energia intelectual necessária para manter vivo o interesse pelas questões da filosofia.

Um outro ponto pedagógico-formador importante no convívio com textos clássicos é que o aprendiz, na medida em que trabalha uma temática recorrendo a uma variedade de visões alternativas (por exemplo, em Filosofia Política, Aristóteles, Maquiavel, Locke, Hobbes, Rousseau, Montesquieu, Marx), terá oportunidade de descobrir algo muito precioso para ele, que são as afinidades ou a falta de afinidades dele com esta ou aquela escola de pensamento. A descoberta e o cultivo dessas afinidades, bem como a interlocução com os afins e com os discordantes, são fundamentais para estimular o prosseguimento do estudo nesses temas.

Quando se fala em história da filosofia e comentário filosófico, pensa-se logo na análise e explicação de texto, no paciente trabalho lógico e semântico de compreensão e exegese dos textos. A disciplina da análise de texto é um meio necessário e muito importante para todos os que trabalham com Filosofia, inclusive para o aprendiz de filósofo. Ela coloca aquele que a pratica bem numa situação privilegiada para entender corretamente os textos e fazer utilização desse entendimento, não só em estudos de história da filosofia, mas também no empreendimento de investigação temática. O

profissional da Filosofia é ou um filósofo, ou um comentador, ou um historiador das idéias (ou uma combinação destes), e em qualquer desses casos está crucialmente envolvida, embora talvez em graus variáveis, a análise e explicação cuidadosas de textos. Assim sendo, o estudante de Filosofia, aí incluído o aprendiz de filósofo, precisa de um treinamento continuado em análise de texto, e mais ainda que os de outras áreas das ciências humanas, já que aquilo com que ele vai sempre estar lidando são sempre textos, os quais requerem uma habilidade para o seu entendimento que o estudante está longe de ter quando entra na universidade.

Tópico 4.3 - A relevância da abordagem temática no ensino da Filosofia

Examinemos agora a situação do ensino da Filosofia na universidade brasileira. A implantação dos cursos universitários de Filosofia no Brasil, inicialmente de graduação, caracterizou-se inicialmente pela rejeição generalizada e indiscriminada, por motivos que não mencionarei aqui, dos manuais, tanto de filosofia quanto de história da filosofia. No que diz respeito a esta última, isso consistiu na substituição desses manuais pelo estudo direto de textos originais e freqüentemente no idioma original, especialmente nos cursos ministrados nos anos de 1960 e 1970. Isso foi, naturalmente, um grande avanço, uma grande contribuição que devemos creditar às primeiras gerações de professores de Filosofia no País. O estudo das obras no original veio acompanhado de uma concepção de análise de texto rigorosa, a mais isenta possível, na época associada ao estruturalismo. Como resultado disso, em poucas décadas formou-se no País um corpo de docentes/pesquisadores com grande conhecimento de todas as principais línguas estrangeiras filosoficamente importantes, e com um nível de competência verdadeiramente internacional no gênero do comentário de obras filosóficas.

Ocorre, no entanto, que esse gênero acabou ocupando praticamente todo o espaço que nos departamentos universitários deveria ser destinado à Filosofia como um todo, tanto no que diz respeito ao conteúdo dos cursos de graduação, e mais tarde de pós-graduação, quanto ao da pesquisa produzida. Com isso, os estudos propriamente de filosofia, e também os de história das idéias filosóficas, simplesmente não foram implantados na universidade. Esse regime, caracterizado pelo domínio generalizado, nos

cursos de graduação e de pós, do comentário de obras, com a exclusão quase total do gênero filosófico e do histórico no sentido estreito, vou chamá-lo de regime do **comentarismo**.

Este regime, que tem sido praticado durante muitas décadas e continua vigente, constitui, obviamente, uma violação da proposição, enunciada no início deste trabalho, de serem o ensino e a investigação em filosofia (propriamente dita) um dos objetivos essenciais do cultivo universitário da Filosofia.

O comentarismo é o principal fator que tem entravado a atrasado o aparecimento na universidade brasileira de uma reflexão filosófica original regular e consistente. O ensino e a pesquisa em Filosofia já nasceram assim, e assim continuam até hoje. Portanto, o passado, com essa deformação comentarista, ainda está conosco quase que em sua inteireza; ele constituiu como que um pecado original, que, como tal, foi sendo transmitido de geração para geração de professores.

Nesse regime do comentarismo não há lugar para o elemento de interesse pelo objeto da filosofia, pelo tema, pelo problema. Uma vez que a origem da filosofia está no espanto, na perplexidade, então a esperança de que a reflexão filosófica tenha finalmente sua plena origem e desenvolvimento na universidade brasileira vai precisar esperar até que o interesse pela temática e problemática filosóficas deixe de ser bloqueado e sufocado pelo regime do comentarismo. Com efeito, espanto e perplexidade são experiências feitas em relação com problemas filosóficos, e não em relação a obras que vão ser objeto de comentário.

Esta situação anômala e crônica tem, felizmente, gerado um descontentamento crescente entre professores e estudante de Filosofia no Brasil. E, na verdade, este descontentamento é uma das coisas mais valiosas que temos agora, tanto mais que ele vem acompanhado do desejo de mudança, de reforma. Esses portadores do desejo de mudança, de reforma filosófica, são neste momento um contingente muito precioso. O descontentamento com esse estado de coisas comentarista, e o associado desejo de mudança, são sinal de seriedade e profundidade filosóficas, de desejo de libertação do modelo dominante que trava e sufoca o ensino e a pesquisa em filosofia entre nós.

Desde os inícios da episteme, e em todos os lugares onde ela foi cultivada, existe algo que responde pelo nome de aprender a filosofar, e nenhum filósofo maduro – tenha sido ele genial, muito bom ou apenas bom -- chegou a sê-lo antes de aprender a filosofar e se aperfeiçoar nesse aprendizado. Ora, aprender a filosofar é uma arte ensinável tanto quanto qualquer outra arte acadêmica ou não-acadêmica. Contudo,

podemos assumir que (quase) ninguém aprende a filosofar sem que haja uma organização projetada, montada, estruturada e equipada para atingir esta finalidade, a de ensinar a filosofar. Essa organização ou instituição existe nos lugares onde surgiram ou continuam a surgir filósofos; a bem dizer, estes não surgiram espontaneamente, mas foram formados e produzidos por instituições cujo objetivo era precisamente este. Será preciso lembrar que, por exemplo, a Academia platônica e a Liceu aristotélico eram escolas de formação de filósofos? Estas instituições tinham no passado, e têm no presente, uma *política* de formação de filósofos. Só aparecem filósofos de modo regular e consistente onde existe uma política de ensino que seja orientada para a objetivo de formar filósofos, vale dizer, de ensinar a filosofar. E, no caso da situação brasileira, é possível formular-se uma política específica que, que aplicada coerentemente, deverá no futuro dar frutos na direção de corrigir a distorção comentarista, e desse modo implantar e implementar na universidade o ensino e a pesquisa regulares de filosofia propriamente dita.

Uma das conseqüências benéficas de uma reforma desse tipo é sua repercussão no ensino da filosofia no nível médio, pré-universitário. De fato, atualmente os professores que são formados, em sua maioria, só têm condições de dar bons cursos se estes forem de comentário de filósofos. Ora, esse tipo de curso não é adequado para o nível médio ou o ensino fundamental, para os quais os cursos temáticos parecem ter mais sentido.

BIBLIOGRAFIA

FREGE, G. (1897). Begriffsschrift. In: P. Geach & M. Black (orgs.) Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege. Oxford: Blackwell, 1970.

JAMES, W. *Pragmatismo - Textos Selecionados*. Segunda Conferência: O que significa o pragmatismo. Os Pensadores vol. XL. São Paulo: Abril, 1974.

JASPERS, K. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Cultrix, 1971.

LA ROCHEFOUCAULD, F. *Máximas e reflexões*. São Paulo: Escala, 2003.

MARÍAS, J. *Introdução à filosofia*. São Paulo: Duas Cidades, 1966.

MARX, Karl (1857). *Contribuições à crítica da economia política*. São Paulo: Martin Fontes, 1983.

NIETZSCHE, F. *A gaia ciência*. In: Os Pensadores. Tradução e notas de Rubens Rodrigues,

POPPER, K. *Conjecturas e refutações*. Trad. Sergio Bath. Coleção “Pensamento Científico”. Brasília: UnB, 1982.

SCHOPENHAUER, A. *Sobre a filosofia universitária*. Trad. M.L. Cacciola e M. Suzuki. São Paulo: Polis, 1991.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.